

## **Brasil e Portugal: políticas públicas de incentivo à leitura**

**Brazil and Portugal: public policies to encourage Reading**

**Brasil y Portugal: políticas públicas de fomento de la lectura**

Antonio Artequilino Silva Neto<sup>1</sup>

Paulo Jaime Lampreia Costa<sup>2</sup>

Ângela Maria Franco Martins Coelho de Paiva Balça<sup>3</sup>

### **Resumo**

Este artigo analisa as práticas leitoras dos brasileiros e propõe uma discussão sobre a trajetória do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) com a finalidade de tentar compreender possíveis conexões entre o comportamento dos leitores e as políticas públicas de estímulo à leitura promovidas pelo governo brasileiro. A análise do *corpus* compreende o exame de dados importantes da 5ª edição da pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”. Além disso, a pesquisa aborda um pouco do percurso e das premissas do Plano Nacional de Leitura (PNL) em Portugal com o propósito de provocar novas discussões em torno de prováveis similitudes e discrepâncias nas políticas públicas de incentivo à leitura existentes nos dois países. O estudo conclui que o Brasil possui um contingente populacional constituído por 48% de não leitores e que ainda não conseguiu consolidar o PNLL como uma Política permanente de Estado, razão pela qual deve priorizar o estabelecimento de um conjunto de políticas de estímulo à leitura e acesso ao livro como imperativo civilizatório de caráter inadiável.

**Palavras-chave:** Leitura; PNLL; Brasil.

### **Abstract**

This article analyses the reading practices of Brazilians and proposes a discussion on the trajectory of the National Book and Reading Plan (PNLL) in order to try to understand possible connections between the behaviour of readers and public policies to encourage reading promoted by the Brazilian government. The *corpus* is analysed by examining important data from the 5th edition of the survey ‘Retratos da leitura no Brasil’ (Portraits of reading in Brazil). In addition, the research looks at some of the history and premises of the National Reading Plan (PNL) in Portugal with the aim of provoking new discussions around the probable similarities and discrepancies in the public policies for encouraging reading in the two countries. The study concludes that Brazil has a population made up of 48% non-readers and that it has not yet managed to consolidate the PNLL as a permanent State Policy, which is why it must prioritise the establishment of a set of policies to encourage reading and access to books as an urgent civilising imperative.

**Keywords:** Reading; PNLL; Brazil.

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo/SP, Brasil.. E-mail: [arteqneto@gmail.com](mailto:arteqneto@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0729-4462>

<sup>2</sup> Universidade de Évora - Largo dos Colegiais - Évora, Portugal. E-mail: [plc@uevora.pt](mailto:plc@uevora.pt)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3650-5492X>

<sup>3</sup> Universidade de Évora - Largo dos Colegiais - Évora, Portugal. UNESP, São Paulo, Brasil.  
E-mail: [apb@uevora.pt](mailto:apb@uevora.pt) - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4159-7718>

## Resumen

Este artículo analiza las prácticas de lectura de los brasileños y propone una discusión sobre la trayectoria del Plan Nacional del Libro y la Lectura (PNLL) para intentar comprender las posibles conexiones entre el comportamiento de los lectores y las políticas públicas de fomento a la lectura promovidas por el gobierno brasileño. El *corpus* se analiza examinando datos importantes de la 5ª edición de la encuesta «Retratos da leitura no Brasil» (Retratos de la lectura en Brasil). Además, la investigación examina parte de la historia y las premisas del Plan Nacional de Lectura (PNL) en Portugal con el objetivo de provocar nuevos debates en torno a las probables similitudes y discrepancias en las políticas públicas de fomento a la lectura en los dos países. El estudio concluye que Brasil tiene una población compuesta por un 48% de no lectores y que aún no ha conseguido consolidar el PNLL como una Política de Estado permanente, por lo que debe priorizar el establecimiento de un conjunto de políticas de fomento a la lectura y de acceso al libro como un imperativo civilizatorio urgente.

**Palabras clave:** Lectura; PNLL; Brasil.

## Introdução

Este artigo tentar compreender possíveis conexões entre o comportamento dos leitores e as políticas públicas de estímulo à leitura promovidas pelo governo brasileiro. Além disso, trata das políticas públicas que incentivam boas práticas de leitura em dois dos principais países lusófonos do mundo: Brasil e Portugal.<sup>4</sup> A leitura é uma prática fundamentalmente necessária para o desenvolvimento de qualquer nação nas dimensões social, econômica, política e cultural. Nesse sentido, Brasil e Portugal enfrentaram, nos últimos dois séculos, diferentes obstáculos para superar os graves problemas relacionados ao analfabetismo. Atualmente, os índices de alfabetização melhoraram, mas ainda permanece a preocupação com a qualidade do letramento nas escolas e com o fenômeno do analfabetismo funcional.

Vale acrescentar que a identidade linguístico-cultural conferida pela língua portuguesa possui relevância incontestável na conjuntura que envolve Brasil e Portugal diante de toda a comunidade internacional. Particularmente, neste estudo, são analisados dados da 5ª edição da pesquisa “Retratos da leitura no Brasil” com a intenção de compreender aspectos importantes do comportamento leitor e relacioná-los com os programas governamentais de estímulo à leitura. Dessa forma, torna-se necessário analisar, em ambos os países, as políticas de incentivo à leitura. As consequentes comparações das realidades luso-brasileiras poderão contribuir para a promoção do debate e do apontamento de possíveis alternativas.

---

<sup>4</sup> Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com as referências UIDB/00317/2020 e UIDP/00317/2020.

Afinal, O incentivo à leitura deve fazer parte de políticas públicas educativas? Quais são os principais hábitos de leitura dos brasileiros de acordo com a 5ª edição da pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”? Quais são os programas governamentais de incentivo à leitura e de acesso ao livro existentes no Brasil e em Portugal?

O problema deste estudo está relacionado com as perguntas acima elencadas. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), as indagações devem ser feitas para desenvolver o problema, solucionar ou provar, pois é através do problema que se faz o levantamento das hipóteses e se define o motivo norteador da pesquisa. À vista disso, pode-se inferir que a proposta de discussão dos distintos programas governamentais de estímulo à leitura expõe a realidade de dois países irmãos que valorizam a prática da leitura, mas que estão em diferentes estágios no processo de elaboração e execução das suas políticas de estímulo da leitura. Por conseguinte, a justificativa para a escolha de Brasil e Portugal nesta pesquisa compreende, dentre muitos outros fatores, a forte relação de proximidade histórica, diplomática, linguística, cultural, econômica e política entre ambos os países.

### **Leitura – vínculo histórico do diálogo luso-brasileiro**

O processo de colonização do Brasil pelos portugueses foi muito além da exploração dos recursos naturais. A contínua transposição dos costumes, do ordenamento legal e da língua portuguesa derivou de um processo de interação social, política, econômica e cultural, ampliado ao longo do tempo. Inicialmente, os jesuítas incentivaram a vinda dos livros de Portugal e realizaram o controle acerca do que era permitido ser lido na então colônia. Tudo aconteceu num contexto em que havia a predominância na divulgação de livros religiosos e devocionais. Com o tempo, passaram a circular obras não autorizadas pelos clérigos da coroa, tendo em vista que “o território era grande, a curiosidade, maior, e não havia como interditar essa variedade de obras e, com elas, as próprias ideias” (SCHWARCZ, 2002, p.269).

A chegada ao Brasil da Família Real portuguesa no dia 22 de janeiro de 1808, estimulou o desenvolvimento da vida cultural. Nesse cenário foram instalados a Imprensa Régia (futura Imprensa Nacional), o sistema educacional de ensino superior e o ensino profissionalizante. Em 1837, um grupo constituído por 43 imigrantes portugueses foi reunido na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de criar uma biblioteca para proporcionar aos seus sócios a oportunidade de desenvolver e ampliar seus conhecimentos através do incentivo à

leitura. Conseqüentemente, foi criado no dia 14 de maio daquele ano o Real Gabinete Português de Leitura (MARTINS, 1901). Quanto à sua importância, o Gabinete foi um “estabelecimento criado por portugueses, o primeiro do Império, no intuito da sua ilustração, da ilustração geral e de concorrer para a glória literária da pátria” (TAVARES, 1977, p.15).

Vale ressaltar que a biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura foi aberta ao público em 1900, e possui, atualmente, a maior coleção de obras portuguesas fora de Portugal. Ademais, o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro edita a revista “Convergência Lusíada” (semestral) e promove cursos sobre Literatura, Língua Portuguesa, História, Antropologia e Artes, destinados a estudantes universitários (RGPL, 2023).

### **Pesquisa Retratos da leitura no Brasil**

Conhecer as práticas de leitura dos brasileiros é uma tarefa difícil, razão pela qual este estudo recorreu aos dados da pesquisa Retratos da leitura no Brasil. De acordo com a referida pesquisa, leitor é aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses; e não-leitor é aquele que não leu nenhum livro nos últimos três meses, mesmo que tenha lido nos últimos doze meses. Por ocasião do lançamento da sua 5ª. edição as entidades do mercado editorial afirmaram o seguinte:

Chegar à 5ª edição com um amplo reconhecimento sobre a importância da pesquisa, a única em âmbito nacional para conhecer os indicadores e hábitos de leitura dos brasileiros, é colher os resultados desse compromisso e do investimento nesse importante projeto. [...] Convidamos todos e todas que acreditam no poder transformador da leitura a ampliar esta análise e as reflexões que iniciamos com esta publicação e a juntarem-se na busca de caminhos para melhorarmos esse “retrato” (IPL, 2021, p. 18).

Isto posto, ficam evidentes as premissas da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, idealizada e realizada por instituições ligadas ao mercado editorial e que assume o objetivo de promover o fomento da leitura e da difusão do livro em todas as regiões brasileiras. Tal iniciativa tornou-se, dessa forma, um importante meio de medição e de avaliação das práticas leitoras no Brasil. Adquiriu grande visibilidade nos últimos anos e hoje consegue mobilizar um contingente cada vez maior de profissionais que trabalham com a formação de leitores (professores, bibliotecários, gestores de programas educacionais e alfabetizadores comunitários). Assim, a pesquisa Retratos da leitura no Brasil possui propósitos definidos:

O presente projeto não se propõe a apresentar soluções a questões relacionadas ao déficit de leitura no país. Retratos da leitura no Brasil, de iniciativa do Instituto Pró-Livro, pretende mostrar o perfil, tão fiel quanto possível, dos leitores e não-leitores brasileiros, mostrando os resultados obtidos pela adoção de políticas públicas e seu grau de eficiência. Se ao reunir pesquisadores, educadores e profissionais afins para analisar e comentar o retrato pretendido, o resultado lograr o estímulo ao debate e suscitar a análise acerca dos possíveis caminhos para a formação de leitores, o projeto terá atingido seu objetivo maior (AMORIM, 2008, p. 12-13).

Portanto, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil é realizada a cada quatro anos, desde 2007, pelo Instituto Pró-Livro, sendo reconhecida como o principal diagnóstico sobre a realidade leitora. Trata-se de um amplo diagnóstico da leitura no Brasil que possibilita a avaliação das políticas públicas voltadas à leitura e ao acesso ao livro, podendo ser utilizada para orientar ações e investimentos na formação do leitor dentro e fora dos espaços formais de educação. Em sua 5ª. edição, a pesquisa ampliou a amostra de 5 mil para mais de 8 mil entrevistas. Ampliou também seu escopo, para aprofundar o conhecimento sobre o leitor de literatura em livros, em outras plataformas e sobre a leitura digital. (IPL, 2021).

### **Especificações técnicas e principais constatações**

A pesquisa possui abrangência geográfica nacional, sendo o público-alvo constituído pela população brasileira residente com 5 anos e mais, alfabetizada ou não. O período da coleta aconteceu entre outubro de 2019 a janeiro de 2020. Quanto ao método, as entrevistas foram feitas em ambientes domiciliares, face a face, com registro das respostas em tablets. A amostra chegou ao quantitativo de 8.076 entrevistas realizadas em 208 municípios. Por sua vez, as margens de erro contam com um intervalo de confiança de 95%. A margem de erro para a leitura dos resultados pelo total da amostra é de 1,1 p.p. (pontos percentuais). Para o público de leitores, a margem de erro é de 1,5 p.p. (IPL, 2021).

A pesquisa Retratos da leitura no Brasil, em sua 5ª edição, revelou uma redução no percentual de leitores entre 2015 e 2019, ampliando enormemente o desafio de promover melhorias nos números registrados na série histórica, desde sua primeira edição no ano de 2007. Em outras palavras, “continuamos com um patamar de quase 50% de não leitores” (IPL, 2021, p. 7). Foram identificados na amostra entrevistados que declaram ser professores ou que atuam na área da educação, de maneira que na 5ª. edição da pesquisa:

736 entrevistados (8% da amostra) informaram ser professores ou trabalhar na área de educação. Entre eles, 63% dizem gostar muito de ler e 31% gostar um pouco. A maior parte deles é formada por leitores (80%) e, desses, 52% estavam lendo no momento da entrevista (IPL, 2021, p. 32).

Quanto à faixa etária a pesquisa Retratos (IPL, 2021) concluiu pela constatação do “decréscimo no número leitores conforme avança a faixa etária: os indivíduos de 50 a 69 anos de idade representam apenas 38% dos leitores” (p. 11). No que concerne à questão das bibliotecas foi averiguado que “45% dos entrevistados afirmaram categoricamente que suas cidades não têm bibliotecas públicas, e 77%, que não têm bibliotecas comunitárias” (p. 12). Apesar da redução, nesta edição, do percentual de quem afirma gostar muito de ler “entre os entrevistados com ensino superior e melhor situação econômica, eles continuam sendo os que mais gostam de ler, assim como os estudantes, as crianças e os jovens, sobretudo nas faixas etárias de 5 a 17 anos” (p. 30). A referida pesquisa oferece também informações importantes sobre a utilização da internet para ler e escrever:

75% dos leitores de livros têm na internet sua principal atividade de lazer. Ou que passatempos tais como “usar WhatsApp” (68%) e “acessar Facebook, Twitter ou Instagram” (50%) estejam ainda mais intensamente na realidade desses leitores. Tudo isso explica o incremento da atividade da escrita entre eles, já que 60% dos leitores escrevem nas horas vagas, o dobro em comparação aos não leitores, 31% (IPL, 2021, p. 136-137).

Deveras, são muitos os leitores que optam pelo uso de recursos digitais num mundo que amplia cada vez mais as possibilidades de desenvolvimento tecnológico. Contudo, por outro lado, não são poucos os respondentes da pesquisa que informaram ter dificuldades relacionada a não saber ler, ler devagar, não compreender o que lê e não ter concentração:

[...] Observa-se que cerca de 40% dos indivíduos apresentam alguma dessas limitações ou dificuldades para leitura. Esse percentual é superior aos 29% de analfabetos funcionais – assim denominados pelo Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF): aqueles que “*têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana...*” –, embora, segundo esse indicador, somente 37% tenham sido avaliados como possíveis leitores plenos (indivíduos nos níveis Intermediário e Proficiente de alfabetismo funcional). Os outros 34% possuem um nível Elementar de alfabetismo funcional, o que nos permite inferir que também encontram certas limitações em relação à compreensão ou ao domínio da competência leitora. Um número bastante esclarecedor (ou estarrecedor?) que coincide nessas duas “radiografias”: mais da metade dos brasileiros tem alguma dificuldade para leitura (IPL, 2021, p. 30).

Apesar dos preocupantes dados em torno do analfabetismo funcional, a pesquisa traz como alento a revelação de que quase 50% das crianças gostam muito de ler. Contudo, os jovens gostam de ler? Daí, surgem algumas indagações:

Por que a partir dos 18 anos o percentual de quem não gosta de ler aumenta de forma acentuada, passando de 3% a 20%? O que estamos deixando de fazer ou onde estamos errando, em especial quando esses jovens concluem o Fundamental II e chegam ao Ensino Médio? (IPL, 2021, p. 31).

De fato, essas perguntas devem nortear um trabalho de levantamento das ações pedagógicas que estão sendo desenvolvidas nas escolas com o propósito de incentivar a leitura. Além do que, o problema pode ser estrutural e sua superação dependerá da elaboração e execução de políticas públicas abrangentes, adequadas e efetivas. Enfim, são muitos os dados relevantes informados no diagnóstico da pesquisa, dentre os quais o perfil leitor dos professores brasileiros:

Ao analisar os livros lidos, verificamos que as preferências dos professores são muito semelhantes às da população em geral: a Bíblia fica em primeiro lugar, com quase cinco vezes mais citações do que o segundo colocado. Ao serem analisados os autores do último livro lido, entre os cinco mais citados, somente um clássico: Machado de Assis (IPL, 2021, p. 32).

Realmente, dentre os 37 livros mais citados que estavam sendo lidos por ocasião da pesquisa, destaca-se a *Bíblia*, com 362 pontos. Certamente, a Bíblia oferece a possibilidade de uma leitura relevante no marco da civilização ocidental e no âmbito das religiões de fundamentação judaico-cristã. Entretanto, ao preterirem de forma tão contundente outros livros ou gêneros literários, alguns leitores não ampliam sua capacidade de fazerem uma leitura proveitosa do texto bíblico que, por sua complexidade, requer habilidade leitora para a compreensão de longas narrativas, repletas de ilustrações, simbolismos, analogias e amplo universo vocabular. Não por acaso, a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* constata que os piores índices dos níveis de fluência leitora são aqueles relacionados à compreensão de textos longos, com interpretação indireta, lidando com conceitos abstratos (IPL, 2001).

Dessa maneira, a formação de leitores, tanto docentes quanto discentes, depende fundamentalmente da qualidade do ensino e da oferta das condições adequadas para o processo de construção individual e coletiva do conhecimento. A língua é um bem cultural imprescindível para a formação cidadã, fato que requer dos professores, em todos os níveis de ensino, a busca da leitura crítica, eclética, não sectária e envolvente. Desse jeito, o excerto abaixo defende a promoção da leitura:

Promover a leitura, em especial entre os jovens, exige do professor, como um mediador, que goste de ler e que tenha um grande repertório de leituras para identificar, indicar e compartilhar suas experiências e emoções. Tendo esse repertório, o professor pode, principalmente se estabelecer um vínculo para conhecer os interesses desses jovens alunos, atrair e conquistar novos leitores. [...], mas o professor depende, também, da disponibilidade ou do acesso aos livros que gostaria de indicar para a leitura dos seus alunos (IPL, 2021, p. 32).

No que se refere ao acesso aos livros, os dados da pesquisa Retratos da Leitura Brasil apontam para a manutenção de um quadro contraditório: existe no Brasil um acervo imensurável de livros disponíveis nas editoras, distribuidoras, livrarias e bibliotecas (públicas e particulares). Contudo, apenas uma diminuta parcela da população brasileira beneficia-se de tamanha riqueza, ou seja, 7% dos leitores afirmaram que não leram mais por conta do preço dos livros e 5% porque não possuem dinheiro para comprá-los (IPL, 2021). Destarte, tais dados indicam que, embora a maior produção editorial da América Latina aconteça no Brasil, a grande maioria simplesmente não lê ou o faz minimamente, pois a elitização da leitura prejudica a população pobre e pouco escolarizada (LINDOSO, 2004).

### **A importância dos dados da pesquisa Retratos**

O estudo dos dados da pesquisa Retratos, contribui para revelar uma realidade preocupante e ajuda no dimensionamento dos problemas existentes. Nada obstante aos esforços realizados pelo governo em parceria com a sociedade, os dados indicam que o Brasil avançou muito pouco e há bastante para ser feito na superação das adversidades. A análise dos grandes desafios revela a premente necessidade de maiores investimentos públicos e privados, alicerçados em políticas adequadas e capazes de impulsionar o acesso aos livros. Não obstante, quem deve assumir a tarefa de empreender esforços em prol da difusão da leitura no Brasil?

[...] Esses desafios devem ser assumidos por toda a sociedade: governos e sociedade civil. Dependem de políticas públicas orientadas para reduzir exclusões e garantir direitos à educação de qualidade, ao pleno letramento, à leitura e ao acesso ao livro e aos bens culturais (IPL, 2021, p. 16).

Deveras, os dados da pesquisa apontam para o desafio da atuação da sociedade, como um todo, no processo de elaboração e execução de políticas públicas em favor da leitura e do processo de formação do leitor crítico. Em primeiro lugar, o incentivo da prática leitora

promovida pelo Estado não pode prescindir da realização de um diagnóstico capaz de oferecer uma visão ampliada da realidade:

Diagnósticos não transformam realidades, mas sem eles não conseguimos mapear avanços e, principalmente, identificar o que efetivamente acontece para além dos discursos, dos planos e dos projetos. Definem-se metas, mas não se avalia seu cumprimento. Muitas vezes se oferece formação, mas sem um acompanhamento que constate se ela contribui, efetivamente, para melhorar práticas. Há uma perversa dissociação entre a formulação de políticas e projetos e sua execução nas bases. Um vácuo entre formuladores, gestores e executores. Entre estes, que conhecem muito sobre essa realidade e que reclamam por não serem ouvidos, encontramos os professores, os mediadores, os bibliotecários. (IPL, 2021, p. 26).

Além do diagnóstico, também é fundamental envolver alunos, professores, bibliotecários, mediadores, dentre outros, no processo de discussão de alternativas para a formulação de políticas e projetos consistentes. A realidade revelada por outros indicadores da área de educação revela-se bastante problemática diante do imperativo de estimular a prática leitora. Por exemplo, o índice que mede o nível de analfabetismo na população em 2019, foi calculado em 6,6% pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Como agravante, aproximadamente metade da população brasileira, no mesmo período, não concluiu o ensino médio. Tais dados revelam um panorama alarmante, no qual a falta dos requisitos mais elementares de acesso à educação contrapõe-se às ações de incentivo à leitura.

A pesquisa Retratos da leitura no Brasil revela ainda que o elevado contingente de analfabetos funcionais e os alarmantes déficits de escolarização causam um impacto muito negativo nas práticas de leitura, mas o contraponto é igualmente preocupante: milhões de brasileiros letrados que poderiam ler bons livros e excelentes obras literárias não o fazem por total falta de interesse. O cenário atual mostrado pela pesquisa indica a urgência de políticas públicas bem articuladas e voltadas para a premente tarefa de ampliar o universo de leitores críticos, participativos e capazes de contribuir para o desenvolvimento social, econômico, político, educacional e cultural do país, ao mesmo tempo em que buscam o enriquecimento das suas próprias perspectivas de realização humana. À vista disso, é possível concluir que:

Não se tem assumido, de fato, para fora do círculo restrito das boas escolas particulares e públicas, dos clubes de leitura ou das atividades promovidas por bibliotecas de excelência – para ficar aqui em alguns poucos exemplos –, que é absolutamente viável e possível formar bons leitores no país, de textos em geral e de literatura, incluídos aí mesmo crianças e jovens oriundos de meio iletrado. Mas para que isso se dê, no ponto a que chegamos, será necessário um esforço nacional e institucional de grande porte, de visada

integradora, que envolva diferentes esferas: sociais, políticas, culturais, educacionais e econômicas (IPL, 2001, p. 114).

Certamente, a promoção em larga escala do acesso ao livro e o estímulo da prática leitora exige a realização de um grande esforço nacional e institucional. Enfim, a confiabilidade e a consistência dos dados da pesquisa Retratos, além de contribuir para a compreensão das práticas leitoras dos brasileiros, poderá fundamentar discussões em torno do importante processo de elaboração e execução de políticas públicas, projetos e ações para melhorar os atuais indicadores de leitura no Brasil.

### **A garantia de direitos e as políticas públicas**

Torna-se importante enfatizar que a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi um importante marco na história do Brasil. Esse documento situa-se no ápice do ordenamento jurídico brasileiro e estabelece a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas. Possui caráter eminentemente progressista no sentido de privilegiar a cidadania e de garantir direitos sociais. Concernente à Educação, a Constituição Federal afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, artigo 205).

De fato, o reconhecimento da educação como direito fundamental de todos e dever do Estado Democrático de Direitos é um princípio constitucional sumamente relevante. Sua planificação na legislação educacional representa uma conquista ainda mais recente na medida em que são analisadas as lutas e reivindicações de movimentos populares que ajudaram na elaboração da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Desse modo, outros avanços foram conquistados na forma de marcos legais. Por exemplo, desde o momento da definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais até o estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), foram significativos os avanços obtidos. Não obstante, os avanços no processo de erradicação do analfabetismo não aconteceram da forma esperada. Muito embora a taxa de analfabetismo tenha caído, o Brasil ainda possui quase 10 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não conseguem ler e escrever (IBGE, 2022).

Persiste também o grande desafio de superação do analfabetismo funcional que se refere ao indivíduo que não possui a capacidade de compreensão e interpretação de textos. Com efeito, “Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade” (FREIRE, 1989, p. 7).

Assim, o analfabetismo, em todos os seus níveis e expressões concretas, deve ser superado, pois além de impedir a decodificação ou o entendimento do texto escrito, prejudica a compreensão crítica da realidade. Concernente às políticas públicas de estímulo à leitura, pode-se afirmar que o analfabetismo se constitui num dos grandes obstáculos aos esforços de promoção do livro e da leitura. Por tudo isso, o Estado precisa adotar políticas que impulsionem a leitura. Todavia, o que define uma política pública?

O que define uma política pública de livro e leitura, aqui ou em qualquer hemisfério do planeta, é a importância objetiva e o valor simbólico que o Estado atribuir a este maravilhoso instrumento humano que é a sua capacidade de criar narrativas, traduzi-las em palavras escritas, que serão lidas por outros seres humanos, que as recriarão de acordo com seu juízo e sua sensibilidade (IPL, 2021, p. 146).

Ora, a definição de política pública transcende a mera conceituação formal. São várias as possíveis definições de políticas públicas, de forma que se deve evitar o risco de incorrer no risco de limitá-las a um mero conjunto de ações, programas ou decisões (CALDAS, 2008). Para ser implementada, uma determinada política pública passa por fases e processos sociais peculiares. Assim, no presente estudo, parte-se do pressuposto de que a leitura é um direito universal e que o seu estímulo requer a implementação de políticas públicas na área de educação. Isto posto, no que concerne aos vários modelos e definições sobre políticas públicas, é possível sintetizar seus elementos principais, de acordo com Souza (2006):

(1) A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; (2) A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; (3) A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; (4) A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; (5) A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; (6) A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (p. 36-37).

Diante da grande importância e das especificidades dos elementos que compõe as políticas públicas, torna-se oportuno indagar: o que o estado brasileiro fez nas últimas décadas

para estimular a leitura e facilitar o acesso ao livro? Pois bem, as iniciativas que permitiram avanços no século XX foram a criação, em 1937, do Instituto Nacional do Livro (INL), extinto em 1990, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), instituído em 1968, o qual até hoje funciona como uma autarquia, vinculada ao Ministério da Educação com o propósito de transferir recursos financeiros e prestar assistência técnica aos estados, municípios e ao Distrito Federal, para garantir educação de qualidade, considerando as disparidades socioeconômicas existentes entre as regiões do país (HALLEWELL, 2005).

As políticas também se manifestaram por meio de iniciativas governamentais como o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), institucionalizado em maio de 1992, o qual perdeu força, mas continua vigente até os dias atuais (BRASIL, 2002). Além do que, foram instituídos os programas “Fome do Livro” (voltado para o apoio às bibliotecas públicas) e “Viva leitura” (instituído para reconhecer o trabalho de escolas, cidadãos e bibliotecas), assim como outros programas mais específicos voltados para o livro didático e a biblioteca escolar, tais como o Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). No dia 30 de outubro de 2003, foi criada a Lei nº 10.753, que instituiu a Política Nacional do Livro (BRASIL, 2003). Enfim, muito foi feito, mas os resultados ficaram bastante aquém do que era esperado (SOARES, 2002).

### **Brasil: Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)**

A criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), resulta de uma concertação que envolveu o Governo Federal, representantes das cadeias relacionadas à leitura, educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade civil, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados provenientes de todas as regiões do Brasil. O PNLL foi apresentado pelos ministros da Cultura e da Educação, no dia 13 de maio de 2006, durante o Fórum PNLL/Viva leitura 2006/2008. O documento de referência apresentado asseverou o seguinte sobre o PNLL:

[...] é uma ação liderada pelo governo federal para converter esse tema em política pública mediante a concentração e articulação dos esforços desenvolvidos pelos diversos atores sociais: Estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil que formam o chamado terceiro setor. Tem como objetivo central melhorar a realidade da leitura no país e, por isso, é construído e se desenvolve por meio de um processo que transcende a imediatez (BRASIL, 2010, p.5).

Efetivamente, é possível sustentar que o PNLL foi instituído como uma ação significativa para o desenvolvimento de uma abrangente Política de Estado voltada para a promoção do livro e da leitura. Por conseguinte, são quatro os eixos que orientam a organização do PNLL: Democratização do acesso; Fomento à leitura e à formação de mediadores; Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; e Desenvolvimento da economia do livro (MARQUES NETO, 2010).

O PNLL ganhou notoriedade e relevância a partir do momento em que o governo federal propôs um amplo debate com a sociedade sobre as políticas públicas de promoção da leitura empreendidas a partir de 2006. Importa ressaltar que foram realizadas, de dezembro de 2009 a fevereiro de 2010, 24 assembleias estaduais do livro e da leitura com reuniões de gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil e profissionais que atuam nas cadeias produtiva do livro. Esse período de avanços pode ser assim compreendido:

Os 4 primeiros anos do PNLL fez com que a esperança de que o governo federal pudesse ir além de programas pontuais de compra de livros, migrando para um patamar superior, o das políticas públicas de livro, leitura, literatura e bibliotecas, se tornasse uma realidade ao menos parcialmente (MARQUES NETO, 2010, p.13-15).

Realmente, o otimismo pairava no ar. A descentralização dos planos foi uma proposta elaborada com a intenção de possibilitar o diálogo entre estados, municípios e governo federal sobre as ações locais e regionais do PNLL (BRASIL, 2014). Porém, apesar das dificuldades, as políticas em favor da leitura chegaram ao ápice no fim do segundo mandato do Presidente Lula, mais precisamente quando foi declarada a prioridade de “fomentar e capacitar estados e municípios a construir seus Planos de Livro e Leitura, uma das metas do PNLL” (MARQUES NETO, 2010, p. 321).

Com o início do governo de Dilma Rousseff no ano de 2011, o debate público tratou da continuidade do PNLL a partir das contribuições oferecidas nos eventos realizados nos dois anos anteriores. Porém, no ano de 2013, a ausência de uma coalizão política do governo Dilma, aliada à crise econômica brasileira, fizeram eclodir uma onda de protestos generalizados, os quais foram promovidos e organizados por movimentos sociais conservadores em todo o país. Desde então, prevaleceu um cenário de grande instabilidade social, política e econômica que prejudicou o andamento de várias políticas públicas (AVRITZER, 2016).

Por conseguinte, o PNLL ficou praticamente estagnado pela falta de continuidade das ações que demandavam o envolvimento da sociedade civil e demais atores sociais. Cinco anos depois, logo após o período da reeleição e do impeachment de Dilma Rousseff, foi sancionada no dia 12 de julho de 2018, pelo então Presidente Michel Temer, a Lei 13.696 (BRASIL, 2018), que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), a qual previa estratégias de promoção do livro, da leitura, da escrita e das bibliotecas públicas no Brasil.

Vale destacar que o artigo 4º da referida lei estabelecia que, para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), deveria ser elaborado a cada decênio, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), para definição de metas e ações. Além do que, o PNLL deveria ser elaborado nos seis primeiros meses de mandato do próximo chefe do Poder Executivo, com vigência para o decênio seguinte (BRASIL, 2018).

Contudo, o governo do Presidente Jair Bolsonaro, no poder durante o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022, não elaborou o PNLL para o próximo decênio, em total descumprimento ao que foi determinado pela Lei 13.696. Foi um recuo preocupante que trouxe graves prejuízos à continuidade das políticas de incentivo à leitura. No entanto, em janeiro de 2023, o Presidente Lula assumiu o seu terceiro mandato com a promessa de reavivar diversas políticas públicas que foram negligenciadas pelo governo anterior.

Deveras, no que diz respeito às políticas de acesso ao livro e de estímulo à leitura, ainda existe a urgente necessidade de retomada do processo de implementação do PNLL no Brasil com todas as suas diretrizes básicas de democratização do acesso ao livro, incluindo o fortalecimento da totalidade da sua cadeia produtiva, e, não menos importante, do resgate dos programas de formação de leitores críticos e participativos em todos os segmentos da sociedade, dentro e fora do contexto escolar.

### **Portugal: Plano Nacional de Leitura (PNL)**

Vários caminhos foram percorridos até o lançamento do Plano Nacional de Leitura (PNL) em 2006. Merece destaque a criação, no ano de 1980, do Instituto Português do Livro (IPL). Dentre outras atribuições, o IPL promoveu a adoção de políticas de apoio à publicação de livros nos países Africanos lusófonos. Com o tempo, o IPL instituiu programas de promoção da leitura em território português e, em 1987, aconteceu o lançamento do Programa da Rede de Bibliotecas Públicas. No mesmo ano, o IPL foi substituído pelo Instituto

Português do Livro e da Leitura (IPLL). Logo, em 1992, ocorreu a fusão do Instituto Português do Livro e da Leitura com a Biblioteca Nacional. Avanços foram obtidos e, no ano de 1997, foi criado o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) que contou com uma estrutura maior e com um corpo de colaboradores especializados na área da leitura e do acesso aos livros. Ainda em 1997, o Programa de Promoção da Leitura deu início a inúmeras ações de difusão do livro e promoção da leitura, tudo com o objetivo de criar e consolidar os hábitos de leitura e elevar os índices de literacia dos portugueses (VILAR, 2016).

Finalmente, no ano de 2006, foi lançado o Plano Nacional de Leitura (PNL). Trata-se de uma relevante política pública de promoção do livro, do aperfeiçoamento da literacia e da ampliação das práticas de leitura da sociedade portuguesa. O Ministério da Educação é responsável pelo PNL em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares (ALÇADA, 2016).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017, estabelece que o Plano Nacional de Leitura “constitui-se como entidade assente numa comissão interministerial, que integra membros dos ministérios da Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Coesão Territorial” (PORTUGAL, 2017). Dessa maneira, os objetivos do PNL foram delineados da seguinte forma:

O Plano Nacional de Leitura tem como missão a definição e implementação efetiva de políticas públicas que permitam à população em geral desenvolver mais competências e hábitos de leitura para que possa responder cabalmente aos desafios impostos pelos contextos de desenvolvimento pessoal, profissional, social e cultural. Desejavelmente, leitores competentes serão cidadãos mais críticos e autónomos, contribuindo para uma cultura de exigência cívica e democrática (PORTUGAL, 2023, p. 1).

Logo, o objetivo de formar de leitores críticos e autónomos parece alçar o PNL ao patamar de política pública permanente e comprometida com o desenvolvimento da cultura e da cidadania. Importa recordar que a primeira etapa do PNL aconteceu no decênio 2006 a 2016. Nesse período, o PNL constituiu-se num grande conjunto de ações que foram assumidas por diferentes grupos-alvo e atores sociais. Tudo com o objetivo institucional de promover a ampliação dos níveis de literacia em Portugal. Deste modo, foram concretizados, ao longo de 10 anos, inúmeros programas destinados a desenvolver as competências leitoras e incentivar hábitos de leitura no âmbito das famílias, das bibliotecas públicas e dos espaços sociais, sempre com ênfase no público escolar (ALÇADA, 2016).

Ao contrário do que aconteceu com o PNLL no Brasil, em Portugal não houve descontinuidade, interrupção ou estagnação no desenvolvimento do PNL como política de Estado. Dessa forma, o PNL foi validado pelos bons resultados alcançados em sua primeira etapa. Prova disso, consiste no fato de que o governo português deu início a um novo decênio, 2017-2027 (PNL2027, 2022), com o propósito de promover o alargamento dos agentes envolvidos, com a adesão de vários setores da sociedade, de todas as faixas etárias e várias áreas do conhecimento em favor da manutenção da política nacional de leitura. Nesse contexto, os esforços são direcionados para:

Apoiar e fomentar programas especialmente vocacionados para favorecer a integração social através da leitura, em diferentes suportes; a formação dos diferentes segmentos da população - crianças, jovens e adultos; a inclusão de pessoas com necessidades específicas; o desenvolvimento articulado de uma cultura científica, literária e artística; e, ainda, o acesso ao saber e à cultura com recurso às tecnologias de informação e comunicação (PNL2027, 2022, p. 1).

Além de manter e acentuar as linhas de força orientadoras e os programas estruturantes que marcaram o PNL 2006-2016, o PNL2027 defende a dinamização das atividades emblemáticas como a Conferência Anual, o Concurso Nacional de Leitura e a Semana da Leitura. Outrossim, assume o compromisso de fortalecer o trabalho nas áreas da educação, da cultura, da ciência, da curadoria e tantas outras que possam contribuir com a qualificação, a inovação e a competitividade da sociedade portuguesa (PNL2027, 2022).

Quanto à Conferência Anual do PNL, em 2023, decidiu-se pela realização de dois eventos em duas cidades distintas: Lisboa e Braga, nos dias 31/10 e 02/11, respectivamente. Em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, a programação dá destaque a *Finalidades da Leitura: leitura como forma de desenvolvimento pessoal e cultural e leitura como forma de conhecimento linguístico e literário*. Na conferência em Braga, no Teatro Circo, a programação privilegia a *Literacia Mediática*, por meio da abordagem dos conhecimentos essenciais para a interpretação do que se lê e propõe a problematização das formas de distinção entre fatos de opiniões.

Quanto à valorização das bibliotecas no ambiente escolar, os resultados são bastante satisfatórios, pois “com o PNL, chegam às escolas, em quantidade, os livros e, em particular, os de literatura de potencial recepção infantil e juvenil, colocados ao alcance de todos na biblioteca escolar” (BALÇA; PIRES, 2012, p. 94).

Portanto, o PNL consolida-se como uma política pública consistente e duradoura, voltada para a criação de um ambiente social que valoriza o acesso ao livro e as práticas de leitura. A continuidade mostra-se como uma virtude alicerçada no estabelecimento de metas que, para serem cumpridas, exigem a articulação que envolve o poder público e os mais diferentes atores sociais (PNL2027, 2022).

## **Conclusão**

Diante dos resultados da 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura, não é exagerado afirmar que o Brasil deve priorizar o estabelecimento de um conjunto de políticas de estímulo à leitura e acesso ao livro como imperativo civilizatório de caráter inadiável. Dentre os dados mais importantes da referida pesquisa, vale destacar a significativa redução no percentual de leitores entre 2015 e 2019. Ainda mais grave é a constatação de que o Brasil possui um contingente populacional constituído por 48% de não leitores. Portanto, na atual tarefa de analisar o impacto da estagnação de determinadas políticas públicas nos últimos anos, o excerto abaixo parte do resultado da pesquisa Retratos para oferecer possíveis alternativas:

O panorama apresentado pela pesquisa Retratos indica que, de 2015 a 2019, sofremos uma perda: passamos de 104,7 milhões de leitores para 100,1 milhões – uma queda de 4,6 milhões, mais acentuada nas classes A (de 76% de leitores para 67%) e B (de 70% para 63%) e entre os que cursaram o Ensino Superior (de 82% para 68%). Essas e outras informações recolhidas pela pesquisa têm um tom de alerta: é necessário reforçar o Plano Nacional do Livro e da Leitura, entender e superar as dificuldades que há no atingimento de suas metas de fomento do ato de ler e de solidificação da sua economia. Essas questões devem ser assumidas pela sociedade civil, pela iniciativa privada e pelo poder público (IPL, 2021, p. 11).

De fato, a transformação do Brasil numa nação leitora depende de uma concertação capaz de mobilizar a sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público em prol do cumprimento das metas do PNLL, sem paralisações ou interrupções. Além de fortalecer o PNLL para promover o acesso ao livro e aos suportes digitais de leitura, será preciso fazer o enfrentamento das péssimas condições socioeconômicas e educacionais de grande parte da população (LINDOSO, 2004). Deveras, a desigualdade extrema e as hediondas injustiças sociais produzem problemas sérios que obstaculizam o pleno exercício da cidadania e dificultam a democratização da leitura. Nesse contexto, levando em consideração os avanços obtidos, as experiências construídas ao longo do tempo e a necessária perenização das políticas de Estado para a promoção da leitura, a professora Eliana Yunes asseverou:

O Brasil já amadureceu em pesquisas, teorias e experiências o suficiente para organizar-se de forma articulada e alcançar uma política nacional de leitura que, de fato, permita participação sociocultural ampla. Não há mais como refutar estes pressupostos, e cabe às instituições representativas de segmentos sociais exigirem do Estado, e não apenas de um governo, que assuma sua responsabilidade no que toca viabilizar uma política de promoção da leitura (YUNES, 1994, p. 174).

Diante do exposto, é razoável concluir que o Brasil ainda não conseguiu consolidar o PNLL como uma Política permanente de Estado, capaz de manter sua continuidade, sem recuos ou interrupções. Paradoxalmente, o PNLL, nos últimos dez anos, apesar de apresentar-se como uma “[...] Política de Estado [que] se traduz em amplos programas do governo, com coordenações interministeriais devidamente articuladas com estados, municípios, empresas e instituições do terceiro setor [...]” (BRASIL, 2010, p. 2), foi convertido numa transitória política de governo, razão pela qual sucumbiu às crises políticas e às ideologias de grupos partidários. Vale esclarecer que uma política de Estado deve ser mantida e continuada, seja qual for o governo ou quem for o governante. As políticas de Estado devem ser elaboradas sob a égide do ordenamento jurídico e precisam ser executadas para servir aos interesses do país. Independem da alternância de poder dos governos que se sucedem (CALDAS, 2008).

Quanto ao PNL em Portugal, ao contrário do Brasil, tornou-se uma Política de Estado. Sua continuidade, ininterrupta desde 2006, é prova irrefutável da importância dessa política para os sucessivos governos portugueses ao longo do tempo. Por certo, o PNL deu um significativo impulso para a prática da leitura nas escolas portuguesas, fato que comprova o firme compromisso governamental com as políticas de incentivo ao livro e à leitura.

Enfim, no Brasil e em Portugal, as políticas públicas PNLL e PNL possuem, respectivamente, as mesmas finalidades e ambas foram formuladas em meados de 2006. No entanto, seguiram agendas e caminhos diferentes, com grande distanciamento uma da outra, em especial na questão da continuidade e da efetividade. Portanto, não há tempo a perder. O PNL português constitui-se, como política de Estado, numa valiosa referência para a retomada do PNLL brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* oferece um diagnóstico preocupante que não pode ser negligenciado. Mais do que nunca, o Brasil precisa tornar o livro acessível para a população e, a partir daí, incentivar a prática leitora.

## Referências

- ALÇADA, Isabel. **O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados**. Alfragide: Caminho, 2016.
- AMORIM, Galeno (org.). **Os muitos retratos da leitura no Brasil**. In: Retratos da leitura no Brasil 2. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Pró-Livro, 2008.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BALÇA, Ângela; PIRES, Maria da Natividade Carvalho. **O ensino da leitura literária na escola, em Portugal: do discurso oficial às práticas**. Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, volume 21, número 22, páginas 92–104, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/1624>. Acesso em: 7 fev. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 12 jan. 2024.
- BRASIL. **Caderno do PNLL: edição atualizada e revisada**. Brasília: MinC, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll/arquivos/caderno-pnll.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
- BRASIL. Lei n. 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. 2018. Texto disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm). Acesso em: 16 nov. 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 ago. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.753.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm). Acesso em: 25 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação e Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)**. Fundação Biblioteca Nacional: Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- BRASIL. PROLER. **Concepções, diretrizes e ações**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Biblioteca Nacional/Programa Nacional de Incentivo à Leitura, 2002.
- CALDAS, Ricardo Wahrendorff. (Coord.). **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23. ed. Coleção Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil. 2a. edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Taxas de analfabetismo no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IPL – INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Pesquisa Retratos da leitura no Brasil**. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Sextante, 2021. Disponível em: [https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a\\_edicao\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_IPL-compactado.pdf](https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?** Política para cultura/ política para o livro. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MARQUES NETO, José Castilho (org.). **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MARTINS, Barros. **Esboço Histórico do Real Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1901.

RGPL - REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA. 2023. Biblioteca e instituição cultural lusófona. Disponível em: <https://www.realgabinete.com.br/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PNL2027, 2022. - **Quadro estratégico PNL2027 - Quem Somos**. Disponível em: [https://pnl2027.gov.pt/np4/quemsomos.html?cat\\_quemsomos=quemsomos](https://pnl2027.gov.pt/np4/quemsomos.html?cat_quemsomos=quemsomos) Acesso em: 18 out. 2023.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros (n.º 48-D/2017, de 31 de março). **Diário da República n.º 65/2017**. 1º Suplemento, Série I de 2017-03-31, páginas 5-8. Lisboa, 2017.

PORTUGAL. **Uma nova etapa do PNL para 2017-2027**. Ler+PNL, 2023. Disponível em: [https://www.pnl2027.gov.pt/np4/quemsomos.html?cat\\_quemsomos=quemsomos](https://www.pnl2027.gov.pt/np4/quemsomos.html?cat_quemsomos=quemsomos) Acesso em: 15 dez de 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O destino da biblioteca em terras brasileiras. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa a Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.261-285.

SOARES, Isabel Cristina Gomes. **Programas Nacionais de Leitura no Brasil: o PROLER e o PRÓ-LEITURA (1995 – 2000)**. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, nº 16, ano 8, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 28 abr. 2023.

TAVARES, António Rodrigues (Dir); SILVA, Pedro Ferreira (Coord). **Fundamentos e Actualidades do Real Gabinete Português de Leitura**. Edição comemorativa do 140º aniversário de Fundação. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977.

VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga (2016). **O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Educação.

YUNES, Eliana. **Escrita e leitura na sociedade e na escola: o papel do Estado**. In: Simpósio Internacional sobre Leitura e Escrita na sociedade e na escola. Anais. Belo Horizonte: AMAE, 1994, pp. 171-176.

*Recebido: abril/2024.*  
*Publicado: outubro/2024.*